



CONTROLE DO IMAGINÁRIO: A RECEPÇÃO DE MACHADO DE ASSIS

CONTROL OF THE IMAGINARY: THE RECEPTION OF MACHADO DE ASSIS

CONTROL DE LO IMAGINARIO: LA RECEPCIÓN DE MACHADO DE ASSIS

Adelaide Barros Caminha¹

e4104113

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i10.4113>

PUBLICADO: 10/2023

RESUMO

Focando no que Costa Lima tem denominado “controle do imaginário”, vislumbrado desde o livro que marca a entrada para sua fase “madura” de teorização, *Mimesis e Modernidade*, originalmente publicado em 1980, este artigo tenciona traçar, através da análise da recepção da obra de Machado de Assis, a singularidade da forma como um certo tipo de controle do imaginário se atualiza no Brasil dos séculos XIX e XX, em contraposição com sua forma de atuação na Europa.

PALAVRAS-CHAVE: Machado de Assis. Controle do imaginário. Luiz Costa Lima.

ABSTRACT

Focusing on what Costa Lima has called “control of the imaginary”, glimpsed since the book that marks the entry into his “mature” phase of theorization, Mimesis and Modernity, originally published in 1980, this article intends to trace, through the analysis of the reception of work of Machado de Assis, the singularity of the way in which a certain type of control of the imaginary is updated in Brazil in the 19th and 20th centuries, in contrast to its way of acting in Europe.

KEYWORDS: Machado de Assis, Control of the imaginary, Luiz Costa Lima.

RESUMEN

Centrándose en lo que Costa Lima ha llamado “control de lo imaginario”, vislumbrado desde el libro que marca el ingreso a su fase “madura” de teorización, Mimesis y Modernidad, publicado originalmente en 1980, este artículo pretende rastrear, a través del análisis de la recepción de la obra de Machado de Assis, la singularidad del modo en que cierto tipo de control del imaginario se actualiza en el Brasil de los siglos XIX y XX, en contraste con su forma de actuar en Europa.

PALABRAS CLAVE: Machado de Assis. Control de lo imaginario. Luiz Costa Lima.

A QUESTÃO DA NACIONALIDADE: UMA FORMA DE CONTROLE

Parece-nos relevante iniciarmos essa seção com uma passagem em que Costa Lima sintetiza o modo como entende a noção de controle do imaginário:

O controle supõe domesticação, ajuste às normas da sociedade, e não se confunde com a censura. A compreensão desta é fácil. A censura supõe uma legislação existente, que se aplica. O controle é bem mais sutil: é uma negociação política, pela qual se lamina o que não se proíbe (Lima, 2007, p. 123).

Se a passagem por si mesma é insuficiente para entendermos como se dá o fenômeno do controle, enquanto laminação de produtos do imaginário, é porque isto só se faz possível se demonstrarmos que ele supõe agentes a operarem pressionando as produções artísticas a

¹ Universidade Federal do Piauí.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

CONTROLE DO IMAGINÁRIO: A RECEPÇÃO DE MACHADO DE ASSIS
Adelaide Barros Caminha

adequarem-se às verdades socialmente aceitas, sejam elas referentes a códigos morais, estéticos ou políticos. Isto equivale a dizer que o controle pode assumir contornos distintos conforme a base que o sustente, e esta inclui seus agentes e as verdades por eles privilegiadas.

Com o intuito de evidenciarmos o modo de atuação do controle do imaginário, bem como a maneira distinta de como ele se atualiza no Brasil dos séculos XIX e XX, vejamos antes como ele operava enquanto voltado para a verdade religiosa no Renascimento (Costa Lima pensa sobretudo, no italiano) e orientado pela verdade científica (na França, Alemanha e Itália) no contexto da modernidade do século XIX.

Partindo da análise dos poetólogos do Renascimento, principalmente o italiano, no período de tempo que parte do século XIV até o século XVI, Costa Lima procurou evidenciar a presença de um controle que se manifestava pela insistência dos textos poéticos não colidirem com a verdade religiosa. Tal controle supunha duas operações:

[...] eleger-se a imitatio dos antigos - no que já podiam se inspirar em um Horácio - como critério ímpar e, ao mesmo tempo, conceder-se à palavra poética uma posição a priori inferior. Assim se evitava a “concorrência” quanto à verdade teológica e se impedia a valorização dos produtos poéticos que não se sujeitassem a modelos socialmente prestabelecidos (Lima, 2007 p. 45)

Assim, procurava-se subordinar o texto ficcional aos padrões da retórica - de onde surgia a inspiração em Horácio -, ao mesmo tempo considerando-o como inferior porque tomado como equivalente à falsidade, de modo que, para legitimar-se, ele deveria tornar-se domesticado ao aproximar-se das verdades de caráter religioso, sem poder, contudo, a elas igualar-se.

Por meio dessas considerações notamos que o controle se manifesta através de dois movimentos: pressionar as produções artísticas a adequarem-se à verdade religiosa e aos padrões da retórica ao apresentá-los como único meio delas possuírem algum valor, ao mesmo tempo impedindo a valorização dos produtos do imaginário que se apresentassem como divergentes deste modelo de produção.

Esse esquema de pressão e marginalização permanece mesmo na modernidade, atualizada decisivamente com o Iluminismo francês no século XVIII, quando o controle passa a contar com outras bases sintonizadas com um contexto histórico em que a natureza se “dessacraliza” e já não há uma codificação pré-estabelecida a fazer dela uma mediadora entre homem e Deus (Ibid., p. 121). Agora, a relação encaminha-se para a ênfase em apenas dois termos: a subjetividade e a natureza, o que equivale a dizer que a verdade deixa de ser assegurada por Deus e passa a ser perscrutada unicamente pela subjetividade, núcleo de onde deve partir o conhecimento. Por isso, a verdade religiosa cede espaço para a verdade científica que, privilegiada pelas ciências, passa a ser orientadora do novo controle instalado. Vejamos mais de perto como se atualiza, nesse novo quadro, o esquema de pressão e marginalização operado pelo controle do imaginário para, somente em seguida, voltarmos nossa atenção para o distinto modo como ele se dava no Brasil.

No século em que se centra Costa Lima, o XIX da França, Itália e Alemanha, a busca pela verdade científica implicava uma aversão ao exercício da imaginação indicada pela orientação que a



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

CONTROLE DO IMAGINÁRIO: A RECEPÇÃO DE MACHADO DE ASSIS
Adelaide Barros Caminha

historiografia passa a tomar em decorrência de sua inspiração no modelo da ciência e do serviço que procura prestar aos Estados nacionais:

Por sua vez, a crença no progresso se conjugava com o primado da ciência, preparado desde o século anterior, e entendida como o discurso da objetividade, do ultrapasado dos caprichos individuais. Acrescentava-se aos dois fatores a importância então assumida pelos Estados nacionais. A aglutinação desses elementos pesou em definitivo sobre a produção historiográfica do século, a qual se tornava, se não guiada por um esquema evolutivo [...], pelo menos extremamente ligada ao nacional e profundamente ciosa de sua objetividade científica. Daí o privilégio do fato, do documento, que se entendia como capaz de restituir a integralidade da vida como foi." (Lima, 2007, p. 44).

Dessa maneira, a História se fazia essencialmente política, ao tomar o Estado como objeto de uma "teleologia imanente", e factual, ao encarar a si mesma como ciência, caracterizando-se pela crença no fato, isto é, numa qualidade inscrita nos acontecimentos históricos que supunha, por sua vez, a crença na neutralidade do historiador capaz de resgatá-lo por sua investigação. Ao historiador caberia, portanto, fixar os fatos capazes de sustentar a história das nações e de devolverem a totalidade dos períodos históricos. (Ibid., p.134)

Esta feição moderna da História é de extrema importância, pois ela pressupunha a ficção literária como um falso/ilusório do qual deveria defender-se o historiador. Isto era indicado, segundo a análise de Costa Lima, pela recepção da historiografia de Jules Michelet que, por explorar as possibilidades de sentido do "significante", era repudiada por seus contemporâneos. Desse modo, para o teórico brasileiro, o interesse na análise do caso de Michelet consistia "[...] em comprovar que havia na escrita da História do século XIX uma tensão precisa entre o veio poético e a tentativa de encontro da objetividade científica" o que, por si, já revelava a estigmatização da ficção (Ibid., p. 137)

Contudo, esta feição moderna da História também implicava a "[...] constituição de um padrão historiográfico que via na literatura sua utilidade para o Estado, enquanto elemento destinado à pedagogia do cidadão" (Ibid., p. 131). Dessa maneira, a História moderna irá interferir tanto nos estudos da literatura como em sua produção. Quanto ao primeiro caso, "[...] a maneira mais sistemática de estudar a literatura consistia em desdobrá-la em uma diacronia nacional" (Ibid., p. 448) engendrada pelas Histórias da Literatura, cujo objetivo seria demonstrar o progresso em direção ao clássico nacional, ao mesmo tempo procurando servir à uma pedagogia do cidadão:

O Estado Moderno torna-se então objeto de uma 'teleologia imanente' (Jauss), mostrando-se como um organismo que se desenvolve graças ao progresso da consciência. Um difuso hegelianismo e o cientificismo se conglomera e se misturam nesta educação do bom cidadão, a ser incrementada pelo ensino da História e da história da literatura (Lima, 2007, p. 138).

Do ponto de vista da produção da literatura, o romance será o gênero que melhor se adaptará ao projeto de pedagogia do cidadão, "[...] estabelecendo-se como uma paralela à história legitimada" (Ibid. p. 141) – com a ressalva de que ele possuía o defeito de não servir ao alcance de uma verdade científica - enquanto o poema será marginalizado como hermético, arrastando "[...] para o poço a ficção que nele sequer se vê" (Ibid, p .141).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

CONTROLE DO IMAGINÁRIO: A RECEPÇÃO DE MACHADO DE ASSIS
Adelaide Barros Caminha

Neste quadro, o romance será valorizado enquanto optar pelo realismo que procurará aproximar-se do cotidiano e das direções dominantes em seu tempo (*Ibid.*, p. 122), nele inserindo-se ainda uma busca por aproximar-se da escrita “científica” e linear da história, isto é, escrita capaz de dizer sobre momentos históricos tais como de fato teriam sucedido.

Segundo Costa Lima, nesse momento, “A historiografia funciona para a ficção como o casamento desde há muito funcionava para a pulsão sexual: é o meio de lhe dar uma função legítima” (*Ibid.*, p. 123). Desse modo, o teórico entende que, sobretudo na França, Itália e Alemanha, o controle do imaginário era de base científica, pois a literatura era legitimada pela História em sua configuração moderna que, vendo a si mesma como ciência, contribuía para estigmatização da ficção literária ao mesmo tempo que se preocupava em fazê-la servir ao Estado por meio das histórias da literatura responsáveis por organizá-la numa diacronia cujo fim seria a constituição de clássicos nacionais, título que só recaía sobre um certo tipo de literatura, qual seja, aquela que pudesse possuir uma função pedagógica, daí a valorização da literatura inserida na tradição realista (*Ibid.*, 137).

Tal função social imposta à literatura por meios das histórias da literatura se constituía como um espaço de refúgio para a produção literária deste século XIX, uma vez que, como veremos, o “estigma da ficção”, como bem observa Costa Lima, incidia sobre a forma de literatura que procurava valer-se de valores próprios, distintos dos dominantes burgueses (*Ibid.*, p.122).

A análise, realizada por Costa Lima, das recepções oriundas da crítica literária, agente do controle do imaginário no século XIX, escancara o estigma. Assim, se o romance antes assume uma “linha coerente com Fielding do que com Sterne”, mostrando-se como “uma sucursal da história” (Lima, 2007, p. 448), é porque o controle marginalizava aquelas produções não adequadas aos valores vigentes, tal como demonstra a “repúdia generalizada” da crítica por *Tristram Shandy*, de Laurence Sterne, em decorrência da obra não apresentar a linearidade narrativa que a tornaria semelhante à escrita da história (Lima, 2013, p.150). No que tange à poesia, defronte a Baudelaire ou Rimbaud, a crítica construída “nos moldes da publicidade burguesa”, se divorciará de uma poética que hoje admiramos “[...] porque esta passa a formular valores ante os quais os convivas dos cafés torcerão seus finos narizes” (*Ibid.*, p. 115).

Vemos, novamente, o mesmo esquema que sintetiza a atuação do controle: sobre a literatura incidia uma pressão para que ela, não ferindo a moral e inserindo-se na tradição realista, pudesse assumir a feição de um “clássico nacional” e, então, servir à educação do cidadão; tal pressão, por sua vez, se dava com a ajuda do movimento de marginalização de obras “subversivas”.

Essa forma de controle, contudo, ainda que colocasse como central a questão da nacionalidade, se distingue do controle do imaginário presente nos séculos XIX e XX do Brasil que, também pondo como central a questão da nacionalidade, se instalara com a ajuda do movimento romântico. Para sermos bem diretos, no Brasil dos séculos XIX e XX a literatura era submetida a um controle instalado com a ajuda da forma como o romantismo aqui se concretizou, aclimatando-se, segundo Costa Lima, de uma maneira muito específica ao problematizar o domínio português e,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

CONTROLE DO IMAGINÁRIO: A RECEPÇÃO DE MACHADO DE ASSIS
Adelaide Barros Caminha

como teremos oportunidade de verificar adiante, oferecendo as bases para as apreciações da crítica a respeito da obra de Machado de Assis, autor por nós escolhido com intuito de verificarmos, mais de perto, o modo como o controle se atualizava em solo brasileiro.

Como observa Costa Lima, pelas constantes retomadas do tema do domínio português o romantismo justificava a razão de a pátria ainda não conhecer seus melhores frutos, em outras palavras, justificava-se que os autores brasileiros ainda não estivessem diferenciados o suficiente dos escritores portugueses (Lima, 2007, p. 152). Era preciso, por isso, que a literatura se fizesse nacional através de certos critérios pelos românticos privilegiados, dentre os quais o mais evidente era a defesa de um retorno à “natureza autêntica” do Brasil, de maneira que o romantismo brasileiro ou a tomava “como pretexto para a expressão da emocionalidade” ou a convertia em “testemunho da pátria” (*Ibid.*, p. 160).

A crítica, por sua vez, parecia privilegiar as obras cujas palavras apresentavam capacidade de gerar entusiasmo, “[...] ao mesmo tempo que se mantêm genéricas e abstratas, i.e, cuidando para que não haja muito esforço reflexivo” (Lima, 2007, p. 161), o que “[...] poderia até ser tomado como prova de pouca brasilidade” (*Ibid.*, p.161).

Assim, essa tentativa de conceber uma literatura responsável por evidenciar a vitória do espírito nacional influenciaria as reflexões da crítica literária que chegaria, inclusive, a associar o suposto caráter nacional da literatura a uma defesa da moral, tal como seria evidenciado por Pereira da Silva, para quem os “homens em um governo livre”, isto é, na monarquia então instalada, “[...]forçados a ocultar seus vícios, dando-se ao estudo das Letras, elevam seus caracteres, e os fortificam contra a sedução das paixões, que os dirigem por mil diferente caminhos, como os ventos contrários em um mar agitado” (Da Silva, 1836, p. 214 *apud* Lima, 2007, p. 154)

Com base no que foi dito, vemos que o romantismo partia de uma “defesa da originalidade local” (Lima, 2007, p. 158) dotada de características próprias, tais como a ênfase na natureza como testemunha da originalidade da pátria e no sentimentalismo. Contudo, o que Costa Lima não aprofunda, embora reflita sobre isso ao citar textos críticos da época e reconhecer que a nacionalidade foi um meio de submeter os produtos do imaginário a um controle, é a forma como a questão da nacionalidade passa a ser central para crítica. Com objetivo de clarearmos essa problemática, lançaremos mão das contribuições do crítico português Abel Baptista que, a respeito do romantismo brasileiro oferece preciosas observações:

Tratava-se, enfim, de restituir a literatura ao Brasil: nele estava a indicação do caminho, nele residia sobretudo a garantia de possibilidade e de êxito pleno da busca da nacionalidade literária. A invenção desta garantia, na unidade do Brasil enquanto fundamento, sentido e finalidade de um projeto de criação de uma literatura verdadeiramente brasileira, é o principal legado do movimento romântico brasileiro. [...] E, com ele, o romantismo ganhou a autoridade que transformou o projeto em lei, fazendo do projeto de construção de uma literatura nacional a fonte de legitimidade de toda a atividade literária (Baptista, 2003, p. 31).

É, pois, convertendo em lei a necessidade de uma literatura enquanto expressão do Brasil que o movimento romântico lega uma contribuição que o ultrapassará, qual seja, instalar a questão



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

CONTROLE DO IMAGINÁRIO: A RECEPÇÃO DE MACHADO DE ASSIS
Adelaide Barros Caminha

nacional como centro de gravidade da reflexão sobre literatura, tornando “[...] ilegítima toda a tendência para encarar a possibilidade de a literatura resistir ao Brasil” (*Ibid.*, p.31) e impulsionando avaliações que exigiam sua distinção na medida em que deveria se mostrar “[...] ostentando uma harmonia com a realidade brasileira, com a identidade brasileira, com o caráter nacional brasileiro, como se lhe queira chamar” (*Ibid.*, p. 31).

Pela análise da recepção de Machado de Assis, podemos tomar consciência de como a “lei” supracitada se torna base para um controle do imaginário. O caso desse escritor carioca por nós eleito é muitíssimo curioso pois, se ele não se comprometia em fazer uma ficção nos moldes do que poderia conferir às suas produções o *status* de expressão da nacionalidade, também não se poderia ignorar aquele que havia fundado a Academia Brasileira de Letras, aquele homem que, de fato brasileiro, também se empenhava na arte da palavra.

Veremos que o legado romântico se fazia tão presente nos pressupostos da crítica que, não à toa, a recepção de Machado de Assis virá marcada pela oposição daqueles que não o consideravam nacional versus aqueles que não o deixavam de considerar uma grande figura da literatura brasileira, inserindo-o como participante do projeto romântico de fundar uma literatura nacional com traços pré-estabelecidos, pois era a própria reflexão sobre a literatura que não se mostrava capaz de deixar de passar pela questão da nacionalidade (Baptista, 2003, p. 32).

Diante da impossibilidade de ignorá-lo, a reação às suas produções ou se fazia negativa ou, como contraponto, procurava nelas encontrar a expressão da nacionalidade, “salvando-o” na medida em que o inseria na literatura brasileira pela “justa causa” de expressar aspectos por meio dos quais se poderia vislumbrar o Brasil.

Como exemplo do primeiro caso, há Gilberto Freyre, para quem tratava-se sempre de “Um Machado a fingir-se o tempo inteiro de branco fino: o tempo inteiro a bater janelas e a fechar portas contra toda a espécie de paisagem mais cruamente brasileira, fluminense ou carioca em suas cores vivas.” (Freyre, 1955, p. 9 *apud* Baptista, 2003, p. 33).

Contudo, como antes ressaltamos, a recepção de Machado não se limitava à rejeição, havia também tentativas de integrá-lo à concepção de literatura brasileira enquanto reflexo do Brasil, tal como exemplificava Afrânio Coutinho:

Sua obra reflete o tempo e o meio. Os seus temas são os da vida carioca na época do Segundo Reinado, como provou Astrojildo Pereira. Sem ser nacionalista, é um escritor nacional e popular, pois, não escrevendo de costas para a sua nação, sua obra reflete os problemas de seu povo, seus costumes, preocupações, ideais, dificuldades, tendo vivido dentro dele, recolhendo a sua experiência vital, acumulando-a na alma (Coutinho, 1959, p.33- 34 *apud* Baptista, 2003, p.36).

Como ressalta Abel Baptista (*Ibid.*, p. 35), uma tentativa como a de Afrânio Coutinho pressupunha existir algo que, por força, fazia a obra do escritor ser essencialmente brasileira, como se a nacionalidade fosse uma substância a ser encontrada nas obras. Não restrita a Coutinho, o crítico português enfatizava que este tipo de apreciação ganhou vasto terreno:



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

CONTROLE DO IMAGINÁRIO: A RECEPÇÃO DE MACHADO DE ASSIS
Adelaide Barros Caminha

E assim se dá o primeiro passo no sentido da recuperação de Machado para o espaço delimitado pela lei nacional: se nele não aparece 'a cor local' como marca da vontade de integrar o projeto e aceitar a missão, é a 'cor local' que se vem insinuar explicando-lhe a obra [...] foi preciso mostrar que a sua relação literária com a realidade brasileira não era involuntária ou inconsciente: procurou-se, então, construir e atribuir a Machado um projeto literário que, embora distinto, não se afirmasse em ruptura com o projeto nacional legado pelo movimento romântico (Baptista, 2003, p. 36-37)

Desse modo, a frente defensiva de Machado partia de um princípio de interpretação que relacionava sua ficção romanesca com traços que poderiam revelar o Brasil como seu fundamento (*Ibid.*, p. 36). Não à toa, para Costa Lima a recepção de Machado seria marcada por um “[...]fundo moral, que se estilizava em uma concepção, nunca explicitada, da literatura.” (Lima, 2007, p.111) e que frequentemente, como também enfatizava, pressupunha um traço de sentimentalismo veemente, ausente em Machado. Desse modo, mesmo José Veríssimo, para quem Machado era “Poeta dos mais importantes da literatura brasileira[...]” (Veríssimo, 1916, p. 283 *apud* Baptista, 2003, p. 34), não deixava de fazer uma ressalva:

Se a crítica tem o direito de formular um desejo, eu quisera que, mesmo sem inteirar a trilogia que alguns esperam de Brás Cubas e Quincas Borba, o escritor consumasse a evolução, que porventura neste último se pronunciava, para um modo mais piedoso, se não mais humano, de conceber a vida, e nos desse, como com aqueles dois admiráveis livros, uma obra inteiramente nova (Veríssimo, 1903, p. 36 *apud* Lima, 2007, p. 210)

Dessa forma, se a concepção de literatura brasileira dos críticos passava pela ênfase na natureza, nos aspectos do Brasil em determinada época, na ausência de reflexão e no sentimentalismo, ao não produzir seguindo estes moldes, a “narrativa em palimpsesto” de Machado, guardando em si uma virulência crítica, fazia com que o escritor, tendo sua obra repudiada, passasse por “[...] frio, cerebrino e pouco nacional” (Lima, 2007, p. 213) ou, quando não tratado nestes termos, continuava tendo sua obra recepcionada segundo a tentativa de adequá-la ao projeto romântico de literatura como expressão da nacionalidade. Como nos possibilita pensar Costa Lima ao discorrer sobre a recepção de Machado, a crítica se fazia agente de um controle:

Estava submetido ao controle o produto de um imaginário que não acedesse à afirmação do decente e perfumado. Mas o controle permanecerá mesmo quando essa base se inverta e louve o que revela a sujeira e a hipocrisia dos valores sociais. O controle sempre luta pela homogeneidade e pela reiteração do que se toma por real (Lima, 2007, p. 211).

Destarte, um controle do imaginário se manifestava através da crítica literária machadiana que se baseava numa concepção de literatura nacional ou para repudiar suas produções – movimento de marginalização - ou para tentar adequá-las àquela concepção, eis os dois efeitos do controle a lutar por aquilo que uma coletividade toma por verdade, seja essa relativa a um código moral, estético ou político.

No caso do século XIX e início do século XX no Brasil, como nos permite visualizar a análise da recepção de Machado de Assis, a verdade dizia respeito a uma concepção de literatura



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

CONTROLE DO IMAGINÁRIO: A RECEPÇÃO DE MACHADO DE ASSIS
Adelaide Barros Caminha

nacional com a qual operava certos críticos e escritores de maneira prévia, os quais possuíam um olhar limitado para a atividade literária que, ou seria repudiada caso não parecesse nacional o suficiente – de maneira que se enfatizava, na obra de Machado, “[...] o que não responde à demanda do lirismo, emoção e colorido” (Lima, 2007, p. 213) - ou seria, por força de uma interpretação, tornada ilustração de características que supostamente a evidenciariam como fundamentada no Brasil.

CONSIDERAÇÕES

Neste artigo foi possível visualizar que no Brasil dos séculos XIX e XX operava um controle baseado na questão da nacionalidade, distinto do controle atualizado em solo europeu porque, em vez de fincar suas raízes no zelo pela objetividade científica - de onde decorria a aversão ao exercício da imaginação tal como possível de ser realizado na ficção literária, tomada, naquele contexto, como perigosa ilusão-, antes relacionava-se profundamente com o projeto romântico de uma literatura nacional capaz de representar aspectos do Brasil.

Além disso, considerando que a interpretação não é um mero apêndice dispensável, que ela incorpora-se à própria obra (Lima, 1995, p.268), podemos dizer agora que o controle do imaginário implica uma limitação da experiência com o texto ficcional. Tomando o caso da recepção de Machado de Assis como exemplo, é possível visualizar que a disparidade presente em suas obras era convertida, na tentativa de “salvá-lo”, em confirmação do que esperava seus defensores. Estes, como nos permite pensar o livro de Abel Baptista (2003), em vez de explorarem a disparidade que se insinuava na ficção romanesca de Machado, passaram a concebê-la como mera representação do Brasil, configurando uma resposta automatizada porque limitada a uma reiteração do que eles desejavam, conheciam e tomavam por verdade.

No extremo oposto, encontrava-se aquela recepção atualizada pelo intérprete que se limitava a tematizar apenas a divergência do objeto analisado em relação ao seu horizonte de expectativa, isto é, apenas a inadequação de tal objetivo frente às suas necessidades, de modo que sua resposta caracterizava-se pela hostilidade ao diferente, bem como pela marginalização desse, tal como exemplificava a crítica de Gilberto Freyre a Machado.

Deste quadro decorre que o principal problema enfrentado pela literatura “subversiva” é o de sua comunicação, pois o controle do crítico que se manifesta como uma luta pelo que se toma por verdade, acaba por impedir que a ficção literária se apresente com alguma diferença dentro do campo de sua atividade. Em outras palavras, ele dificulta uma apreciação da qualidade da obra, de modo que ela passa a ser pura e simplesmente rejeitada ou passa a ser pressionada, tanto no polo de sua produção como no de sua recepção, a mostrar-se como adequada à verdade na qual se baseia o controle.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

CONTROLE DO IMAGINÁRIO: A RECEPÇÃO DE MACHADO DE ASSIS
Adelaide Barros Caminha

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, A. B. **A formação do nome**: duas interrogações sobre Machado de Assis. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LIMA, L. C. **Frestas**: a teorização em um país periférico. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed.PUC-Rio, 2013.

LIMA, L. C. **Mímesis e modernidade**: formas das sombras. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

LIMA, L. C. **Trilogia do Controle**. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.